

Movimento e Ação: uma visão comparada da esquerda armada Brasileira e Chilena (1964-1990)

Movement and Action: a comparative look at the Brazilian and Chilean armed left (1964-1990)

Laura do Nascimento Morais,¹ UnB

Resumo

O presente artigo busca compreender o funcionamento da Ação Libertadora Nacional e do Movimiento de Izquierda Revolucionaria, duas instituições de esquerda armada que tiveram uma atuação ativa durante a ditadura civil-militar em seus respectivos países. Ao utilizar da metodologia da História Comparada, busca-se analisar as semelhanças e diferenças de duas das mais importantes organizações de luta armada dentro da América Latina como uma forma de entender suas particularidades.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Esquerda armada; Movimiento Izquierda Revolucionaria; Ação Libertadora Nacional.

Abstract

The following article seeks to understand the behavior of the Ação Libertadora Nacional and the Movimiento de Izquierda Revolucionaria, two armed left institutions that had an active performance during the civil-military dictatorship in their respective countries. By using Comparative History as a methodology, it is expected to analyze the similarities and differences between two of the most important armed left organizations in Latin America as a means to understand their singularities.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Armed left; Movimiento Izquierda Revolucionaria; Ação Libertadora Nacional.

Introdução

Levando em consideração a conjuntura atual da esquerda na América Latina e sua formação em uma região de intenso debate político, a ideia inicial para a produção deste artigo era analisar a atuação de diversos grupos de esquerda armada a fim de construir uma narrativa concisa sobre sua trajetória durante regimes de exceção. Essa ideia se mantém, mas por questões práticas irá tratar de apenas dois movimentos: a Ação Libertadora Nacional (ALN), no Brasil, e o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), no Chile.

O uso da metodologia comparada entra como uma maneira de entender em quais aspectos suas configurações e trajetórias coincidem e se opõem, para fazer uma análise destas particularidades e o que representam na história das organizações.

¹ Estudante de História – Licenciatura pelo Departamento de História da Universidade de Brasília. O presente trabalho foi produzido para a disciplina Prática de Pesquisa Histórica, ministrada pelo Prof. Dr. Sergio Ricardo Coutinho.

É notável o interesse em estudar dois grupos que alcançaram grande destaque durante tempos de agravante violência estatal em seus países, e enquanto um alastramento desta repressão ocorria na região latino-americana. Em parte, essa análise é importante para entender seus funcionamentos como esquerda armada em um contexto de repressão, mas também para ter um apanho das características destes órgãos a fim de entender melhor sua trajetória até o estabelecimento de uma justiça de transição.

Inicialmente essa pesquisa iria tratar exclusivamente de fontes governamentais por parte do Brasil e, para o Chile, dos folhetins produzidos pelo MIR durante a ditadura. Porém, durante o progresso da pesquisa e a leitura das fontes e bibliografia relevantes, notou-se que seria mais proveitoso utilizar uma maior variedade de documentos. Por esse motivo, nessa pesquisa também será feito o uso de periódicos em conjunto com os materiais produzidos pelos próprios militantes durante a clandestinidade e relatórios de serviços de inteligência e repressão.

A Metodologia Comparada

Há a necessidade de, ao utilizar a metodologia comparada, reconhecer alguns tópicos que podem ser considerados importantes para o progresso dessa pesquisa. O primeiro é a constatação que o uso da história comparada nesse trabalho se apoia em alguns fatores para legitimá-lo, sendo um deles o espaço em que se dá, ou seja, a América Latina.

A argumentação feita por Bloch em seu texto sobre o método comparado é um exemplo de metodologia que segue sendo de grande valia para quem quiser fazer seu uso (BLOCH, 1967, p. 44-81), mas é preciso estar atento aos perigos de aplicar a mesma fórmula em um espaço diferente, pois existe um risco de se fazer comparações indevidas de dois meios. A exposição do autor é feita em torno da sociedade europeia, e apesar de ser uma referência valiosa, não trata das particularidades que conduzir uma pesquisa em torno das Américas.

A pesquisa aqui proposta se ampara nas características únicas de se fazer uma pesquisa comparada sobre a América Latina, mais especificamente a respeito do Brasil e Chile, visto que irá tratar de realidades sócio-políticas semelhantes, mas em países cujo diferentes experiências coloniais e sociais podem trazer resultados de grande interesse (MORNER, 1982, p. 56).

É importante notar que o uso da metodologia comparada deve seguir algumas condições para alcançar o objetivo proposto de forma satisfatória. Esse uso deve ser atrelado

ao desvio de justaposições e classificações, justamente por se tratar de uma abordagem que busca o resultado entre as comparações, e não apenas afirmações dos lados estudados. Nesse sentido, é preciso ir atrás de algo a mais como apontar as diferenças e semelhanças dos casos estudados e o que é possível aferir dessa comparação.

Segundo Maria Lígia Coelho Prado, a história comparada também não deve estar em busca de generalizações. É argumentado pela autora que, durante as décadas de 1960 e 1970, cientistas sociais estudaram a América Latina por meio de uma visão totalizante com ênfase na macro-história. Ocorria então uma generalização dos aspectos sociais e econômicos dessa região, e a América Latina era vista com características históricas e problemas similares que tinham como razão a questão do subdesenvolvimento (PRADO, 2005, p. 23).

Fica claro então que há diversas variantes que devem ser consideradas quando se faz uma pesquisa desse porte, abrangendo desde as características sócio-políticas da região em foco até questões específicas da metodologia e seus precedentes na historiografia. Uma parte que deve ser ressaltada, porém, é o objetivo que se tem para condução da pesquisa. O que significa que as etapas dela devem considerar o que se busca obter da mesma, e o que se quer fazer com esses resultados.

Como já foi mencionado anteriormente, a motivação dessa pesquisa é assimilar a trajetória de duas organizações de esquerda armada para entender como elas se assemelham e diferem, mas através disso busca compreender com mais afinco a história da esquerda latino-americana como uma forma de obter um panorama dessas instituições e seu funcionamento durante a clandestinidade enfrentada. Para fazer isso, será utilizado diversas fontes cujo as origens devem ser abordadas apropriadamente.

O Serviço Nacional de Informações

A fim de compreender da melhor maneira possível a série de documentos que serão apresentados para elucidar os eventos desta pesquisa é preciso falar um pouco sobre as fontes a serem abordadas, o que remota ao início das atividades de informações do Brasil.

Durante o governo do presidente Washington Luís (1926-1930), foi criado o primeiro órgão dessa natureza, o Conselho de Defesa Nacional (CDN). Na época o Conselho tinha como objetivo acompanhar e avaliar as variadas ocorrências no decorrer da década de 1920, porém, houve uma mudança nesse sentido após o final da II Guerra Mundial.

Em meio a Guerra Fria, os serviços de inteligência das grandes potências cresceram exponencialmente e tornaram-se responsáveis pela detecção, apreensão, vigilância e

armazenamento das informações de membros da sociedade considerados subversivos. Foi nesse contexto que no Brasil foi criado o Serviço Federal de Informações e Contra informações (SFCI), no entanto ele só foi efetivado durante o governo de Juscelino Kubitschek, 12 anos depois (ANTUNES, 2008, p. 217).

Após o golpe de 1964 o SFCI deu lugar ao Serviço Nacional de Informações, o SNI, que tinha as funções de superintender e coordenar as atividades de informações e contra informações do país, especialmente aquelas que fossem interessantes para a segurança nacional. Em 1968, com o começo da luta armada e início dos “anos de chumbo”, foram criados dentro do Exército e da Aeronáutica serviços de informações especificamente para combater a subversão. Além disso, o órgão já existente na Marinha (CENIMAR) mudou o eixo de suas atividades para focar mais na área interna e, simultaneamente, o SNI crescia consideravelmente devido ao aumento de oposição ao regime militar (Ibidem, p. 219).

As fontes utilizadas para decorrer sobre a ALN partem dessa conjuntura visto que algumas são originárias de dossiês do Serviço Nacional de Informações, que estão disponíveis no Arquivo Nacional. É importante frisar que, dos diversos fatores em jogo quando se faz uma pesquisa historiográfica, a origem destes documentos é um que precisa ser ponderado adequadamente. A história da ALN sob a visão dos documentos advindos pode ser enriquecedora para construção da narrativa trabalhada, mas há a necessidade de reconhecer não ser a única forma de construí-la.

A Ação Libertadora Nacional (ALN)

Formada em 1967 após o rompimento de Carlos Marighella com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a ALN foi o principal grupo de esquerda armada no Brasil e justamente por este motivo será o foco dessa seção. Em um primeiro instante, porém, o tópico central será outro, pois quando se propõe a falar sobre a ALN é preciso falar sobre Marighella e sua trajetória como guerrilheiro visto que essa se entrelaça com a história da organização.

Aos dezoito anos, Marighella se tornou militante do PCB. Anos depois, aos trinta e quatro, foi o único deputado federal eleito pelo PCB baiano. Isso ocorreu na mesma eleição que elevou o general Dutra à presidência, e a qual o candidato do partido comunista, Yedo Fiúza, chegou em terceiro lugar com 9,7% dos votos (MAGALHÃES, 2012, p. 140).²

² Considerando a condição do PCB na época, esse número é expressivo. Isso porque grande parte dos militantes mais famosos encontravam-se na prisão meses antes, e também deve-se lembrar das limitações para participar do eleitorado brasileiro em 1946. A maioria dos moradores rurais no Nordeste, por exemplo, não votavam devido a lei que proibia a participação de eleitores analfabetos. Ver: Magalhães (2012).

Em abril de 1964, o golpe se constitui. Após o ocorrido, nas palavras do próprio Marighella: “Esse Jango é frouxo” (Ibidem, p. 14). Mas essa não era a única consideração sobre o caso, pois foi o gatilho de mudança em sua vida política. A queda de Jango deixou claro que a ideia de uma reforma sob os moldes legais seria impraticável, e deu início à uma série de descontamentos. Segundo Rollemberg:

Não passou a defender, neste momento, que a transformação para o socialismo só se daria através do embate violento. Mas também deixou de acreditar que o caminho era pacífico. O golpe. Entre a desilusão com um caminho e a ilusão com outro caminho, o intervalo. [...] Não adiantava se adequar às regras do jogo, que mudavam no meio da partida, toda vez que ameaçavam ganha-lo (ROLLEMBERG, 2008, p. 107).

A insatisfação de Marighella com o Partido Comunista surgiu em decorrência desse evento. O PCB partia de uma visão teórica e menos prática, ou seja, sustentava que o caminho pacífico seria a melhor escolha para atingir os objetivos do partido.

Um documento apreendido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) evidencia essas mudanças de pensamento. O órgão em questão especula que este deveria ser resultado de uma reunião realizada pelo Comitê Estadual do PCB em São Paulo, e é datado de janeiro de 1967:

A questão capital para nós é acabar este círculo vicioso, e isto não é possível através de uma saída pacífica. A luta armada do povo – segundo pensamos – tem que ser prevista, ela é imprescindível para derrubar a ditadura e instaurar o poder sem o qual não será possível libertar o povo brasileiro do imperialismo norte americano e realizar as reformas de estrutura necessárias ao nosso progresso. É ridículo falar em derrota pacífica da ditadura (DOPS, 1967).

As diferenças nesse sentido foi o que levou Marighella a abandonar o partido e criar a Ação Libertadora Nacional. A primeira fase da ALN pode ser caracterizada como estruturação da guerrilha, com a publicação de manifestos e panfletos para explicar ao público o propósito de suas ações armadas. O possível propósito da distribuição desses materiais seria para justificar que tais ações não serviam um objetivo comum, e sim eram essenciais para uma meta maior – subverter o regime militar. O panfleto “Ao povo brasileiro”, de 1968, serviu para essa finalidade.

Nesse manifesto a ALN exclamava alguns propósitos que abrangiam de derrotar a ditadura vigente, expulsar os norte-americanos, até implementar um governo popular com o

fim de melhorar a vida dos operários, camponeses e a classe média (CAMACHO, 2018, p. 204).³

Apesar desse aparente diálogo com quem não estava inserido no contexto da luta armada, o propósito deles nunca foi a conscientização das massas. Essa posição de distanciamento com a população é notável quando se observa o eventual fim da ALN, e pode ser considerada um dos seus maiores equívocos quanto a manter a longevidade da organização. A falta de adesão da sociedade para os fins revolucionários era sintoma da teoria do grupo e compactuava com a ideia de uma “luta para poucos”, onde a união da população viria em seguida, o que não chegou a acontecer.

Segundo Camacho, sequer existia debate interno na ALN sobre a necessidade do apoio das massas. As ideias da organização partiam do princípio que “a ação faz a vanguarda”, então essa relação com o povo não deveria ser feita pelo diálogo, e sim do exemplo da ação e da luta armada – sem necessidade de propaganda ou discussão, visto como algo relacionado a práticas partidárias. (Ibidem, p. 205) Essa perspectiva da ALN pode ser tida como vestígio da posição de negar o rótulo de partido veemente, opinião essa compartilhada com algumas outras organizações de luta armada de esquerda.

A promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em dezembro de 1968 significou uma ruptura para as organizações de esquerda armada, pois causou a impossibilidade da atuação dos movimentos sociais, restando apenas as ações armadas como instrumento utilizável. Nota-se, entretanto, que o uso do AI-5 como justificção para a luta armada ocorreu também por organizações que já a mantinham há décadas.

Mais uma consideração é necessária de se fazer, pois se o ato foi visto como motivador para a luta armada, não se pode apontá-lo como responsável pela falta adesão aos movimentos sociais na época. Apesar do aumento da força de repressão ajudar para esse isolamento, havia também o ponto da pouca identificação das massas com esses grupos, fator que em soma com as próprias crenças internas de organizações como a ALN dificultou a adesão do povo nesses movimentos (ROLLEMBERG, 2003, p. 71).

Sobre as ações armadas da ALN, as mais notáveis foram os sequestros de diplomatas. Os sequestros aconteciam com o objetivo de libertar presos políticos, mas tinha também a vantagem de dar às organizações de esquerda armada – e a existência de presos políticos, que era negada pelo governo – grande destaque na mídia nacional e internacional. Sobre o objetivo dos sequestros, Marighella discorreu que:

³ ALN finalizava sua mensagem no panfleto com “Ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil.” (ALN, 1968)

O seqüestro é usado para trocar ou libertar camaradas revolucionários aprisionados, ou para forçar a suspensão da tortura nas cadeias de uma ditadura militar. [...] O seqüestro de residentes norte-americanos ou visitantes no Brasil constituem uma forma de protesto contra a penetração e a dominação do imperialismo dos Estados Unidos em nosso país (MARIGHELLA, 1969 p. 43).

Um destes teve maior destaque: o do embaixador americano Charles Burke Elbrick em setembro de 1969. O sequestro foi idealizado por Franklin Martins, dirigente da Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB) e realizado pela ALN.

No dossiê feito pela SNI para o caso, há o apontamento que o ato ocorreu com o objetivo de conseguir a libertação de presos políticos, dentro destes José Dirceu, *Luis Gonzaga Travassos da Rosa* e Vladimir Palmeira, participantes do Movimento Estudantil (ME). O documento também nota que o apoio da ALN foi necessário pois o grupo não dispunha de armas e homens suficientes, e nem uma estrutura grande para o sucesso da missão (SNI, 1969).

Após o reconhecimento do local um dia antes da ação, o sequestro ocorreu com a utilização de quatro veículos. Um foi utilizado para “fechar” o carro em que se encontrava o Embaixador, um para “estreitar a passagem no local do sequestro e dar cobertura à “ação” propriamente dita.”, outro para cobertura do veículo principal da ação, e o último em que estava o Embaixador.

Além da libertação dos presos, havia outra exigência: a divulgação de um manifesto na mídia nacional. Este era visto como um desafio ao governo, algo de maior alcance do que a luta armada conseguiria alcançar:

Com o rapto do embaixador, queremos mostrar que é possível vencer a ditadura e a exploração, se nos armarmos e nos organizarmos. Apareceremos onde o inimigo menos nos espera e desapareceremos em seguida, desgastando a ditadura, levando o terror e o medo para os exploradores, a esperança e a certeza de vitória para o meio dos explorados. O sr. Burke Elbrick representa em nosso país os interesses do imperialismo, que, aliado aos grandes patrões, aos grandes fazendeiros e aos grandes banqueiros nacionais, mantêm o regime de opressão e exploração (ALN, 1969).

A morte de Marighella em novembro de 1969 deu-se no contexto de retaliação pelo sequestro do embaixador americano. O mesmo, entretanto, se opusera ao sequestro pois acreditava que desencadearia uma reação para qual a luta armada não estava preparada. Fiel aos princípios da organização – que foi fundada em discordâncias com o PCB, um partido de estrutura centralista – não impediu o ato de ser realizado. Mas existe a possibilidade de que

Marighella sequer sabia da ação, pois encontrava-se viajando pelo Brasil e não teria condições de impedi-la mesmo que esse fosse seu desejo (ROLLEMBERG, 2003, p. 69).

Dias após o assassinato de Marighella o jornal “A Classe Operária”, fundado em 1925 pelo Partido Comunista Brasileiro, publicou um artigo titulado “Crime monstruoso da Ditadura” que dava destaque à morte do dirigente da ALN:

Vítima de torpe cilada, vilmente fuzilado em plena rua pela polícia, morreu Carlos Marighella. O assassinato deste conhecido revolucionário é mais uma ação vergonhosa e covarde que se acrescenta a onda de inomináveis violências que a ditadura militar vem cometendo. A história do Brasil registra poucos crimes políticos tão infames, tão friamente planejados como o perpetrado na Alameda Casa Branca, em São Paulo (A CLASSE OPERÁRIA, 27/11/1969).

A morte dele desencadeou uma outra complicação. A ALN surgiu a partir da insatisfação de Marighella com o PCB, e foi confeccionada tendo como base as crenças de seu dirigente. Para ele, o sucesso da organização caía em parte a habilidade de criar uma ampla rede de contatos pelo Brasil, então foi isso que fez. Fazia contatos com comissários de bordo que circulavam pelo país com informações, militantes que residiam no interior – todos eram essenciais para construir uma rede que poderia auxiliar a ALN a atingir seu objetivo.

No sentido em que Marighella era ponto central para uma rede de contatos produzida por meio de um trabalho lento e laborioso, é necessário notar que a estrutura da ALN era horizontal, ou seja, o militante não precisava esperar orientações de um líder, ele era incentivado a agir. Foi nesse contexto em que os grupos de ação armada se multiplicaram dentro da ALN, mas havia um problema: a centralização dos contatos em Marighella. Após o assassinato deste, eles sumiram.

Os contatos mais valiosos foram perdidos, dentro deles grande parte dos que seriam necessários para a implementação de suas ações no campo (ROLLEMBERG, 2003, p. 70). A ALN encontrou-se em uma situação precária após a morte de seu dirigente, e grande parte de seu esforço foi desperdiçado, o que os obrigou a tentar reorganizar os cacos sob o comando de Joaquim Câmara Ferreira.

A questão do isolamento da esquerda armada torna-se gritante nesse contexto, e o aumento da repressão por parte do governo civil-militar também. Além disso, o militarismo presente no cerne da instituição agravou-se com o isolamento. O guerrilheiro tinha sua condição atrelada a capacidade de desempenho nas ações com base em sua coragem em se

arriscar, fazendo com que chegassem a posições privilegiadas na organização mesmo sem conhecimento teórico e político.

O exímio guerrilheiro-revolucionário-militar chegava à direção não porque os formuladores, os intelectuais estavam mortos, presos, exilados, fora da luta, mas pelo o que era: porque as organizações foram – em meio às circunstâncias, mas não exclusivamente por isto -, se fazendo e refazendo à imagem e semelhança do militarismo que este guerrilheiro personificava (Ibidem, p. 72).

O isolamento, a desorganização interna e o aumento da repressão por parte do Estado foram todos fatores que contribuíram para o fim da Ação Libertadora Nacional. Em 1971, após perdas significativas da organização, a ALN notou a necessidade de mudar sua abordagem e intensificar o diálogo com quem não participava da luta armada. Para isso, colocou em prática uma abordagem de “Frente de Massa”, dedicada ao trabalho em escolas, fábricas e fazendas. Uma ação que representa bem essa fase da organização é a publicação do jornal “Venceremos”, voltado ao público que não era de esquerda (CAMACHO, 2018, p. 209).

Isso, entretanto, não foi o suficiente para a organização se manter em pé. A ALN mudou consideravelmente desde seu início em 1967 até seu fim nos anos 1970, fruto das alterações internas e modificações ocorridas em resposta pela ação do governo civil-militar. A morte de seus principais atuantes também contribuiu para seu enfraquecimento, mas a opção de parar totalmente suas ações nunca foi uma opção – a aceitação da derrota era um preço caro demais para se pagar.

O Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR)

Em 1964, um ano antes da criação do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), foi realizado em Concepción o *Congreso Ordinario del Partido Socialista*. Ocorrido nas vésperas da eleição em que concorria mais uma vez o senador Salvador Allende, um grupo liderado por Miguel Enriquez manifestou sua insatisfação com a via eleitoral e propôs a separação definitiva do partido.

O grupo apartado do Partido Socialista (PS) se tornou o *Vanguardia Revolucionaria Marxista* e, em conjunto com outros militantes como os saídos do *Juventudes Comunistas de Chile* liderado por Luciano Cruz Aguayo, o dirigente sindical Clotario Blest e Andres

Allende⁴, participou da criação do MIR durante *Congreso de la Unidad Revolucionaria*, em Santiago.

Nota-se aí uma diferença na nomenclatura utilizada em comparação com a ALN, pois ao contrário da organização brasileira - que negava o título de partido devido a estrutura horizontal adotada – para os militantes chilenos essa questão não era vista nesse viés. Sobre a estrutura das duas organizações, é possível perceber que apesar de serem semelhantes na noção de um quase militarismo (ROLLEMBERG, 2003, p. 66) presente no cerne das instituições, o MIR não era adepto da liberdade de comandos advindo de líderes e da independência dos militantes organizarem-se sozinhos a fim de produzir ações armadas – que era uma característica importante da ALN.

É importante notar que o motivo da aversão ao título de partido parte justamente devido a divergências de Marighella com o Partido Comunista brasileiro, divergência essa em relação ao uso da ação a favor da via pacífica. O mesmo embate acontece em relação ao MIR e o Partido Comunista do Chile, com o adendo de que não foi esse o motivo da criação da organização chilena – apesar de ter sido semelhante, pois foi sobre discordâncias com a postura do PS. O descontentamento com suas respectivas organizações e a inclinação em participar de um grupo com ideais teóricos semelhantes deu origem a uma das mais reconhecidas organizações de esquerda armada da América Latina.

A princípio o MIR se inspirou consideravelmente na Revolução Cubana e o foquismo, mas no final dos anos 1960 e com a vitória de Allende em 1970 essa conjuntura muda para promover “el poder político mismo el establecimiento de una sociedade socialista violentando la institucionalidade, creando el poder popular” (BENAVENTE, 1987, p. 125)⁵.

Segundo Andres Allende, a rejeição do foquismo se inicia em 1967 devido ao distanciamento de uma ideia de que:

Dadas todas las condiciones objetivas para la revolución bastaba encaramarse en una montaña con un grupo guerrillero, o realizar acciones armadas desde la clandestinidad urbana, para generar las condiciones subjetivas de apoyo popular (ALLENDE, 2000).⁶

Levando em consideração o refinamento de estratégias a favor da repressão, o MIR adota uma posição em que a guerra popular deveria ser “político-militar”, isto é, a

⁴ Andres é filho da ex-deputada do Partido Socialista Laura Allende Gossens e sobrinho de Salvador Allende.

⁵ “O próprio poder político o estabelecimento de uma sociedade socialista violando a institucionalidade, criando o poder popular.”

⁶ “Dadas todas as condições objetivas para a revolução bastava subir em uma montanha com um grupo guerrilheiro, ou realizar ações da clandestinidade urbana, para gerar as condições subjetivas de apoio popular.”

acumulação de estratégia de força e cada intervenção tática deveria ter como objetivo articular a mobilização social, a ação política e a expressão comunicacional pelo uso de armas. É relevante reparar que o método adotado pelo MIR se manifestava como uma oposição ao Partido Comunista, que na época optava pela via pacífica.

A questão teórica dentro do MIR é um objeto de estudo importante a fim de elucidar as ideias do partido nesse sentido. Desde sua gênese pode-se observar as diferentes visões que participaram da organização - o que não é uma surpresa considerando as diversas linhas de pensamento que existem dentro do marxismo – mas isso significa que, apesar de o MIR ter sido fundado por uma identificação de ideais entre grupos diferentes, tal fato não absteve a instituição de conflito interno. De acordo com a *Declaración de principios*, seus objetivos eram:

El MIR se organiza para ser la vanguardia marxista-leninista de la clase obrera y capas oprimidas de Chile, que buscan la emancipación nacional y social. El MIR se considera el auténtico heredero de las tradiciones revolucionarias chilenas y el continuador de la trayectoria socialista de Luis Emilio Recabarren⁷, el líder del proletariado chileno. La finalidad del MIR es el derrocamiento del sistema capitalista y su reemplazo por un gobierno de obreros y campesinos, dirigido por los órganos del poder proletario, cuya tarea será construir el socialismo y extinguir gradualmente el Estado hasta llegar a la sociedad sin clases. La destrucción del capitalismo implica un enfrentamiento revolucionario de las clases anatómicas (MIR, 1965).⁸

Próximo das eleições de 1970 a posição de Miguel Enriquez, o então Secretário Geral da organização, em relação a insatisfação com a via eleitoral manteve-se intacta com os ideais apresentados seis anos antes. Nota-se uma ruptura dentro do MIR em dois grupos: os que apoiavam a candidatura de Allende e os que apoiavam a abordagem de Enriquez. É criado então o MIR – *Fracción Revolucionaria*, que trabalhou a favor da eleição de Salvador Allende (JORQUERA, 2014, p. 84).

Em um livreto chamado “*Posición del MIR: elecciones, no; lucha armada único camino*”, a instituição reforça a posição encabeçada por Enriquez quanto as eleições:

⁷ Pensador marxista chileno e fundador do Partido Comunista do Chile.

⁸ “O MIR está organizado para ser a vanguarda marxista-leninista da classe trabalhadora e camadas oprimidas do Chile, que buscam a emancipação nacional e social. O MIR se considera o autêntico herdeiro das tradições revolucionárias chilenas e continuador da trajetória socialista de Luis Emilio Recabarren, o líder do proletariado chileno. O objetivo do MIR é a derrubada do sistema capitalista e sua substituição por um governo de trabalhadores e camponeses, liderados pelos órgãos de poder proletário, cuja tarefa será construir o socialismo e extinguir gradualmente o Estado até chegar a uma sociedade sem classes. A destruição do capitalismo implica em um enfrentamento revolucionário de classes antagônicas.”

Haremos oposición activa a las elecciones y no pasiva. No movilizaremos tras las agitación y la propaganda revolucionaria. Ofreceremos como única verdadera salida la lucha armada y la revolución socialista y – en este período – dedicaremos todos los esfuerzos a las tareas de su preparación y organización (MIR, 1969).⁹

As ações armadas dentro do partido continuam a ser desenvolvidas até março de 1970 quando é constatado que Salvador Allende adquiriu uma quantidade considerável de apoio da população chilena, assim a suspensão das ações é vista como necessária a fim de não prejudicar a campanha da Unidad Popular (UP), partido de Allende, mas também por receio de um isolamento político e social (LEIVA, 2000, p. 16).

A ascensão de Allende à presidência e a suspensão de atividades armadas proveu uma conjuntura em que o MIR e o *Partido Comunista de Chile* (PCCH) estavam de acordo, mas a diferença ideológica entre as duas organizações mantinha-se. O MIR estava confiante de que a vitória nas eleições significava uma fase revolucionária que antecedia o socialismo no Chile, enquanto o PCCH acreditava que a fase existente era democrática-burguesa.

A posição do PCCH reforça sua crença de que o socialismo viria por meio de reformas produzidas dentro do sistema, o que prova que a dicotomia na visão das duas instituições permanecia apesar de terem o mesmo objetivo em mente.

O golpe de 11 de setembro de 1973 e a morte de Salvador Allende representaram o início de uma nova era para o MIR e outras organizações de esquerda. A ilegalidade e a repressão do regime militar significavam o aumento do risco e, conseqüentemente, das exigências internas para integrar e manter-se dentro da instituição:

La moral revolucionaria consideraba modos de comportamiento claramente establecidos, y esos mandatos, escritos o no, se mantuvieron, y en muchos casos, se rigidizaron en el escenario posterior al golpe cívico-militar de 1973. La implementación del proyecto político revolucionario requería la formación moral y política de sujetos que debían poseer características particulares: decisión, valor, coraje, fortaleza, convicción y arrojo (RUIZ, 2015, p. 168).¹⁰

A criação da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) em 1974 agravou consideravelmente a repressão estatal vigente, no entretanto, a tornou seletiva. A estratégia

⁹ “Faremos oposição ativa às eleições e não passiva. Não nos mobilizaremos por trás da agitação e propaganda revolucionária. Oferecemos como única e verdadeira saída a luta armada e a revolução socialista e – neste período – dedicaremos todos os esforços às tarefas de sua preparação e organização.”

¹⁰ “A moral revolucionária considerava modos de comportamento claramente estabelecidos, e esses mandatos, escritos ou não, se mantiveram, e em muitos casos, foram fortalecidos no cenário posterior ao golpe civil-militar de 1973. A implementação do projeto político revolucionário exigia formação moral e política de sujeitos que deveriam ter características específicas: decisão, valor, coragem, força, convicção e ousadia.”

aplicada era em torno de evitar a recirculação da oposição e seus laços com os movimentos populares, o que foi prejudicial para as organizações clandestinas de esquerda como o MIR (JORQUERA, 2014 p. 119).

No contexto apresentado, a política vigente dentro do MIR sobre exílio e asilo político era de rejeição destes como uma opção viável. Na visão da organização, o exílio atrasaria a revolução por desarticular seus quadros e militantes. O exílio era visto como um abandono de seus papéis durante a revolução – seria a deserção de deveres em uma situação de crise.

A resistência ao exílio tão presente nos ideais do MIR pode ser observado também na postura de Carlos Lamarca, dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) que morreu anos antes do início da ditadura chilena. É interessante notar que essa noção não se faz tão presente dentro da ALN, e é possível encontrar documentos do Serviço Nacional de Informações acerca do exílio de militantes no Chile, possivelmente inclinados a ir ao país devido a eleição de Allende (SNI, 1975).

Em outubro de 1974 Miguel Enriquez é assassinado em uma emboscada enquanto estava em casa com sua esposa, Carmen Castillo, grávida de seis meses. A morte de Miguel é abordada no periódico *El Rebelde*, de produção do MIR, como “um duro golpe y uma perdida irrecuperable para nuestro partido, para la izquierda, la resistencia, la revolución chilena y para todos los revolucionários”.¹¹ Mas também reitera que “el MIR es ya indestructible” (EL REBELDE, 12/1974).¹²

A morte de Enriquez pode ser diretamente comparada a morte de Marighella, em especial pelo impacto que as duas tiveram nas organizações aqui estudadas. A estratégia horizontal da ALN no fim não proveu ser favorável para a estabilização da organização. Apesar da resistência em ter um líder, a figura de Marighella era fundida com a da instituição e sua morte foi uma perda notável que precedeu o início de seu declínio. Para o MIR, a perda de Miguel Enriquez foi consequência de uma perseguição movida pelo Estado contra o partido e que se antecedeu com o desaparecimento de outros dirigentes.

A perseguição ao MIR que resultou na morte de Enriquez iniciou-se com a prisão dos dirigentes da estrutura regional de Santiago do MIR, Álvaro Vallejos Villagrán e Agustín Reyes González, e o ex dirigente e fundador do MIR, Jorge Arturo Grez Aburto.¹³ Das prisões citadas até a morte de Miguel passaram-se apenas cinco meses, o que demonstra a intensidade

¹¹ “Um duro golpe e uma perda irrecuperável para nosso partido, para a esquerda, a resistência, a revolução chilena e para todos os revolucionários.”

¹² “O MIR é indestrutível.”

¹³ Todos desaparecidos até hoje.

da campanha sistemática contra o partido. (FUENTES, 2016, p. 279) Apesar de a repressão da DINA não ser exclusiva com os militantes miristas, há de se reconhecer que foi o partido que mais teve vítimas dentro de seus membros.¹⁴

Visto que a ALN aumentou o uso de força armada após uma forte medida de repressão como o AI-5, é interessante notar que o MIR teve uma postura diferente quando a repressão da DINA apertou o cerco. O aumento da força estatal significou a morte e desaparecimento de diversos militantes dentro da organização, o que enfraqueceu significativamente o poder do grupo e o fez eventualmente abandonar em parte a luta armada. Ao contrário da ALN, que manteve sua série de ações armadas mesmo quando já era claro que o órgão estava fadado ao colapso.

Após a morte de Enriquez, o posto de Secretário Geral é ocupado por Andres Pascal Allende, um dos fundadores do partido. Em 1978, sob seu comando, o MIR muda de estratégia e adota o objetivo de se aproximar das massas. Inicia-se um processo de abandono da luta armada e preferência a marcar presença em eventos e mobilizações para realizar divulgações de propostas e praticar diálogo com a população.

É curioso notar que o problema de isolamento tão presente no declínio da ALN também pode ser visto aqui neste sentido. A concentração em outros tipos de luta para o estabelecimento do socialismo e a queda do governo militar, além de fundamentos teóricos para isso, fizeram com que as organizações se negassem a fazer essa articulação. No caso do MIR, foi discutido anteriormente neste artigo que até para ingressar na organização era necessário passar por uma série de aprovações entre seus dirigentes, fator que ficou mais intenso após o estabelecimento da ditadura.

Apesar disso, ambos fizeram uma tentativa infrutífera de apelar para esse público já no final da vida dos órgãos. A ALN por meio da publicação de um periódico e o MIR com a disseminação dos valores do partido para as massas, ideia de Andres que não foi aceita tão facilmente na organização interna do grupo, e, portanto, não foi aplicada efetivamente.

Embora o MIR tenha falhado nesse sentido, é preciso reconhecer que a disseminação do *El Rebelde* foi um instrumento valioso para sua manutenção durante os anos de ditadura. O foco total nas ações armadas ao invés de garantir o apoio das massas foi possivelmente um erro, visto que a estratégia sugerida por Andres em conjunto com o aumento na disseminação do *El Rebelde* poderia ter sido proveitosa para garantir um maior apoio do público.

¹⁴ Sobre as vítimas da DINA, ver: <https://www.londres38.cl/1937/w3-propertyname-2749.html>

Após oito anos, em 1986, o MIR se encontrava em situação precária. Os conflitos internos e externos enfraqueceram a organização consideravelmente e o contexto favorecia uma transição não violenta da ditadura, especialmente após a definição de 1988 e 1989 para as eleições parlamentares e presidenciais. Na década de 1990 a situação piorou e o partido começou a se fragmentar. Nota-se que dentro destes haviam os que acreditavam que a solução correta era dissolvê-lo por completo, pois o fim da ditadura significava que não havia mais sentido para o MIR manter-se em funcionamento (JORQUERA, 2014, p. 143).

O declínio do MIR foi uma ação progressiva que se tornou mais evidente após o início da ditadura e especialmente após a criação da DINA, visto que essa aumentou a perseguição dos membros do partido consideravelmente.

A repressão estatal aliada com as divergências internas contribuiu para sua decadência em duas décadas. A morte de Miguel Enriquez, que sucedeu uma série de prisões e desaparecimentos políticos de militantes do partido, foi uma derrota considerável e fruto de intenso abalo interno. Apesar das tentativas representadas por novas estratégias a fim de recuperar o engajamento dos anos interiores, a mudança no cenário mundial com o fim da URSS e das ditaduras latino-americanas também resultaram no enfraquecimento da organização.

Considerações finais

Por fim, nota-se que a trajetória das duas organizações teve em seu centro situações cuja comparação se torna um instrumento produtivo. Não é uma presunção absurda mencionar que a conclusão de ambas também seguiu uma linha parecida, apesar de por vezes ter caminhado em direções distintas. Tanto a ALN quanto o MIR acreditavam – inicialmente – no uso da ação armada como meio de aplicar o socialismo na sociedade, uma dicotomia com outras organizações de esquerda que argumentavam que este seria possível pelas vias democráticas.

Uma diferença notável é a forma em que ambas organizações lidaram com seu evidente enfraquecimento durante o período de transição. A ALN manteve suas ações armadas, apesar de estar em claro declínio, e o MIR gradualmente se distanciou destas. Apesar das divergências em relação a organização dentro dos órgãos – como em relação a resistência ao exílio, atitude prevalente no MIR, mas nem tanto na ALN –, ambas seguiram trajetórias similares dentro do contexto da América Latina sob um regime militar.

As duas organizações sofreram duros golpes durante a ditadura. A morte de Marighella e Miguel Enriquez, cada uma com suas particularidades, são evidências da desestabilização das organizações. A maneira que os grupos seguiram após a morte de dois líderes importantes diz muito sobre suas abordagens quanto à luta armada, seu funcionamento e a posição de seus membros. A questão do isolamento com a sociedade, por exemplo, mostrou-se presente tanto na ALN quanto no MIR após a morte de seus dirigentes e foi um tema de opiniões divergentes entre os militantes.

Assim, é imprescindível notar uma importante semelhança na gênese delas: ambas nascidas da discordância de um pequeno grupo, mas cresceram exponencialmente até tornarem-se membros formidáveis da esquerda armada em seus países. Assim sendo, é evidente a contribuição dos dois órgãos para a história da esquerda latino-americana.

Fontes

A Classe Operária, p. 5, 1969. **Projeto Brasil Nunca Mais**, nº 634. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br> Acessado: 29/04/22

Ao povo brasileiro, **Projeto Brasil Nunca Mais**, nº 12, 1968. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br> Acessado: 29/04/22

El Rebelde, nº 102, 1974. Disponível em: https://www.archivochile.com/Publico_ICH/MIR/El%20Rebelde/Nr102.pdf Acessado: 29/04/22

Manifesto da Ação Libertadora Nacional e o Movimento Reacionário 8 de outubro, 1969. Disponível em: <https://www.marxists.org> Acessado: 29/04/22

MIR, **Declaración de Principios**, 1965. Disponível em: <http://www.archivochile.com> Acessado em: 29/04/2022

MIR, *Posición del MIR: elecciones, no; lucha armada único camino*, 1969. Disponível em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-channel.html> Acessado em: 29/04/2022

Relatório do Departamento de Ordem e Política Social, **Projeto Brasil Nunca Mais**, nº 604, 1967. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br> Acessado: 29/04/22

Serviço Nacional de Informações. **Relatório Especial de Informações**, nº28, 1969. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/> Acessado: 29/04/22

Serviço Nacional de Informações. **Informe de atividades terroristas**, nº153, 1969. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/> Acessado: 29/04/22

Serviço Nacional de Informações. **Informe**, nº496, 1975. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/> Acessado: 29/04/22.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. In: ARAUJO, Maria Paula Nascimento et al. **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, p. 201-244, 2008.
- BENAVENTE, Andres. Movimiento de Izquierda Revolucionaria: trayectoria y presente. *Política*. **Revista de Ciencia Política**. Santiago, n. 12, p. 121-155, 1987.
- BLOCH, Marc; ANDERSON, J. E. Towards a comparative use of Medieval History. In: **Land and work in mediaeval Europe: Selected papers**. Routledge, 2015.
- CAMACHO, Carlos Eduardo Malaguti. Às armas! A trajetória da Ação Libertadora Nacional (1968-1974). **Perseu: História, Memória e Política**, n. 16, 2018, p. 203-227.
- DE MATTOS, Renata dos Santos. “El Rebelde en la clandestinidad”: A resistência mirista para além das armas. **Revista Discente Oficinas de Clio**. Pelotas, v. 5, n. 9, p. 360, 2020.
- DONOSO, Igor Goicovic. El desarrollo del movimiento popular y el surgimiento de la Izquierda Revolucionaria en Chile (1953-1978). **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 7, n. 16, p. 31-55, 2015.
- FUENTES, Magdalena del Pilar Garcés. **Terrorismo de Estado en Chile**: la campaña de exterminio de la DINA en contra del MIR. 2016. Tese de Doutorado. Universidad de Salamanca.
- JORQUERA, Álvaro Pérez. **El Debate de Estrategias al interior del MIR**: Elementos para una reconstrucción histórica crítica sobre el Movimiento de Izquierda Revolucionaria (1965-1990). 2014. Tese de Doutorado em História. Universidad de Chile, Santiago.
- LEIVA, Sebastián; NEGhme, Fahra. **La política del Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) durante la Unidad Popular y su influencia sobre los obreros y pobladores de Santiago**. Santiago: USACH, 2000.
- MAGALHÃES, Mário. **Marighella**: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.
- MARIGHELLA, Carlos. **Manual do guerrilheiro urbano**. Clube de Autores, 2014.
- MORNER, Magnus; DE VINUELA, Julia Fawaz; FRENCH, John D. Comparative approaches to Latin American history. **Latin American Research Review**. v. 17, n. 3, p. 55-89, 1982.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a história comparada da América Latina. **Revista de História**. São Paulo, n. 153, p. 11-33, 2005.
- PASCAL ALLENDE, Andrés. El MIR, 35 años. **Revista Punto Final**. Santiago, v. 11, 2000.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.) **O Brasil Republicano Livro 4**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: Memórias de dois revolucionários. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 105-122, 2008.
- RUIZ, María Olga. Mandatos militantes, vida cotidiana y subjetividad revolucionaria en el Movimiento de Izquierda Revolucionaria de Chile (1965-1975). **Revista Austral de Ciencias Sociales**. Valdivia, n. 28, p. 163-182, 2017.